

Os professores e suas faltas: Sinais da precarização da carreira docente

Teachers and their failures:

Signs of the precarization of the teaching career

Gabriel Seretti Zanardi

é Mestrando em Educação Escolar
pela UNESP – Campus Araraquara.
Professor do ensino básico e secundário
da rede pública e privada

Introdução

A educação escolar passa por um momento de amplas reformas. Tanto a universalização do ensino fundamental quanto a ampliação do número de vagas no ensino médio causaram mudanças na educação pública que, aliadas às transformações econômicas e culturais da sociedade, têm gerado uma série de questionamentos por parte da sociedade, acerca da legitimidade da escola como um mecanismo de superação das condições de pobreza, por parte do governo, acerca da eficiência da escola como instituição gestora de recursos e, por parte do meio acadêmico, acerca da efetividade do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo, com isso, seus atores (alunos, professores, etc.) e toda a comunidade escolar.

A realidade que se apresenta é a de uma escola precarizada, onde seus atores convivem com o descaso das autoridades e com a inexistência de políticas públicas que viabilizem, efetivamente e a longo prazo, uma melhora nas condições de trabalho oferecidas aos professores. Tal realidade está em consonância com as determinações de instituições internacionais (como o Banco Mundial) que vêem o sistema público de ensino como uma organização empresarial e que, conseqüentemente, deve ser administrado segundo esses preceitos. Dessa forma, as mudanças que vão sendo implantadas nas diferentes redes públicas de ensino do país começam a dar sinais claros de ineficiência, evidenciados pelos resultados obtidos em diferentes mecanismos de medição do rendimento escolar, como SARESP e Prova Brasil.

Além dos resultados insatisfatórios, há também que ser considerado o descontentamento dos professores com todas essas mudanças. Pois torna-se impossível qualquer efetividade do processo de ensino e aprendizagem sem a adesão e o comprometimento do professor. Diante dessas constatações, este trabalho procurará interpretar os dados de duas pesquisas sobre ausência docente demonstrando que:

1. O número de faltas utilizadas pelos professores das escolas públicas paulistas tem sido, nos últimos anos, excessivamente grande;
2. Que essas faltas podem ser um dos reflexos (cruéis) da precariedade das condições de trabalho que tem sido oferecida aos professores;
3. Que, conseqüentemente e apesar da existência de medidas legais que prevêm com antecipação esta situação, estas faltas têm prejudicado o processo de ensino e aprendizagem, pondo inclusive em risco a legitimidade da educação escolar como instrumento para a superação da pobreza e da violência.

Explicitados os nossos objetivos para este trabalho, iniciaremos demonstrando o resultado de duas pesquisas acerca do absentismo docente e a sua relação com o processo de ensino e aprendizagem. Seus objetivos, sua metodologia, o resumo dos dados coletados e analisados e, finalmente, os seus resultados serão apresentados fielmente. Após esta etapa, tentaremos relacionar os resultados apresentados a outras pesquisas que tratam das transformações que estão sendo implantadas nos diferentes sistemas públicos de ensino do país, a partir do referencial acerca da precarização e da desprofissionalização da carreira docente. Na última parte deste trabalho, levantamos ainda algumas questões importantes no intuito de incitar o debate acerca desse tema.

As faltas dos professores

A pesquisa realizada por Santos(2006), procurou quantificar as faltas dos professores em cinco escolas públicas municipais de São Paulo, analisando-as enquanto um dos aspectos da profissão docente. Diante do amparo legal concedido aos professores para se ausentarem do seu trabalho, a autora procurou identificar como as escolas têm se organizado para atender à demanda de

alunos, o quanto os professores têm utilizado de tais artifícios para se ausentarem do seu trabalho e, diante dos resultados, como a administração municipal tem se organizado para minimizar esses danos. A pesquisa se desenvolveu em cinco escolas de ensino fundamental do município de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2005, e no período foram coletados dados quantitativos sobre as faltas dos professores a partir de um formulário especificamente desenvolvido para tal e ainda de um questionário entregue aos professores para que fosse respondido.

A autora procurou enfatizar, inicialmente, a importância da aula para o processo de ensino e aprendizagem. Segundo ela, as aulas são a finalidade principal da escola e o professor é o “mais importante recurso do sistema de ensino, na medida que é responsável direto pela execução de sua atividade: educar” (p.3). Ora, se a aula é a finalidade principal da escola e se o professor é o responsável direto pela atividade de educar, como a escola se organiza diante das ausências dos seus professores? E mais, quais são os mecanismos legais que os professores utilizam para se ausentarem das aulas e o quanto esses mecanismos tem sido usados? Essas foram questões centrais na sua pesquisa.

A massificação e a democratização do ensino trouxeram consigo modificações profundas no perfil social e na imagem da profissão docente. Tais modificações foram responsáveis em parte pelo desprestígio docente que, aliado às péssimas condições de trabalho que são oferecidas a esses profissionais traduzem a insegurança e o desânimo profissional que atinge boa parcela dos profissionais da classe.

Os professores da rede municipal de São Paulo são regidos pelo Estatuto do Magistério Público Municipal, que estabelece quatro princípios norteadores: a gestão democrática da educação, o aprimoramento da qualidade do ensino público municipal, a valorização dos profissionais da educação e a escola pública gratuita, de qualidade e laica, para todos. Além desses princípios, explicita a pesquisadora:

O Estatuto configura as carreiras do magistério; delimita os campos de atuação e cria categorias dos profissionais; determina normas para evolução funcional. Cria regras para escola de aulas; determina jornadas de trabalho; descreve direitos e deveres; dispõe sobre considerações denominadas transitórias. (SANTOS, 2006, p.29)

Dessa maneira, os mais de 30.000 professores que trabalham na rede municipal se enquadram nesse Estatuto. Um aspecto muito importante é a existência de diferentes formas de evolução funcional. Contudo, todas essas diferentes formas são de auto-responsabilidade do professor, ou seja, toda e qualquer possibilidade de melhora da sua condição e, conseqüentemente, do seu salário, são de sua inteira responsabilidade.

Em relação às possibilidades de ausências, são apresentados basicamente três tipos de concessões legais que respaldam tais possibilidades: Faltas abonadas, faltas justificadas e faltas injustificadas. Das três concessões possíveis, somente a abonada é contada como dia de efetivo exercício para efeito de salário e evolução funcional. Tanto as faltas justificadas quanto as injustificadas resultam na perda salarial (desconto daquele dia letivo) e perda daquele dia na sua contagem de tempo, para efeito da sua evolução funcional. Essas três modalidades de faltas, se utilizadas, todas, por um único professor ao longo de um ano letivo, contabilizam setenta e seis dias de faltas. Contudo, são também oferecidos direitos de licenças aos professores (licença para tratamento da saúde do próprio servidor, licença para tratamento de saúde na família, licença gestante, licença nojo, licença gala, licença adoção, etc.). Ao todo, são nove tipos de licenças diferentes.

Resumidamente, destacamos que os professores que lecionam na rede municipal de São Paulo estão inseridos numa organização burocrática que garante a eles uma série de deveres e direitos, e que, dentre esses direitos garantidos, há um vasto número de possibilidade de ausências amparadas legalmente. Diante desta constatação, a necessidade de “entrar” nas escolas fez-se presente para verificar se tais prescrições (faltas) estavam sendo utilizadas ou não pelos professores, e como as escolas estavam se organizando diante delas.

Através de um estudo exploratório, a pesquisadora conseguiu obter os seguintes dados:

- A escola I teve 590 faltas de professores em 2004 e 433 em 2005;
- A escola II teve 921 faltas de professores em 2004 e 917 em 2005;
- A escola III teve 824 faltas de professores em 2004 e 722 em 2005;
- A escola IV teve 278 faltas de professores em 2004 e 315 em 2005;
- A escola V teve 754 faltas de professores em 2004 e 816 em 2005.

A análise desses dados iniciais permitiu algumas considerações: Primeiramente, as cinco escolas, somadas, tiveram 3367 faltas (de toda natureza possível) em 2004 e, em 2005, 3203 faltas, para um total de 351 professores em 2004 e, em 2005, 349. Em segundo lugar, em sua grande maioria (79%), os professores são do sexo feminino.

No intuito de aprofundar seu estudo, a pesquisadora optou também por utilizar um questionário junto aos professores dessas cinco escolas. Considerando que no ano de 2005 trabalhou nestas cinco escolas um total de 349 professores, foram entregues aproximadamente 300 questionários, e obteve a devolução de 143. Desses, a grande maioria possuía jornada de 40 horas-aula semanais, sendo 25 horas cumpridas em sala de aula e as demais 15 horas com atividades complementares. Outro dado bastante relevante diz respeito ao acúmulo de cargos, ou seja, quando um professor atua em mais de uma rede de ensino ou possui dois cargos distintos na mesma rede. Dos professores que responderam ao questionário, 113 (66%) possuem acúmulo de cargo. Ou seja, a grande maioria necessita vincular-se a outro cargo remunerado para complementar a sua renda. A média de aulas-semanais desses professores que responderam ao questionário também foi feita. Ela vai de 51 a 64 horas-aula semanais, ou 204 a 256 horas-aula mensais.

Em relação à rotatividade dos professores, destacamos que de 2004 para 2005, 70% daqueles que responderam ao questionário mantiveram-se nas escolas pesquisadas, e 61% do total desses professores disse estar na prefeitura há mais de dez anos.

Multiplicando-se o total de faltas ocorridas nos anos de 2004 e 2005 por cinco, ou seja, pelo número de horas-aula diárias, temos um quadro explicativo muito mais visível do número de horas-aula que deixaram de ser ministradas pelos professores titulares. Assim:

- Na escola I, observou-se ausências em 2950 horas-aula no ano de 2004 e 2165 horas-aula no ano de 2005;
- Na escola II, observou-se ausências em 4605 horas-aula no ano de 2004 e 4585 horas-aula no ano de 2005;
- Na escola III, observou-se ausências em 4120 horas-aula no ano de 2004 e 3610 horas-aula no ano de 2005;

- Na escola IV, observou-se ausências em 1390 horas-aula no ano de 2004 e 1575 horas-aula no ano de 2005;

- Na escola V, observou-se ausências em 3770 horas-aula no ano de 2004 e 4080 horas-aula no ano de 2005.

Diante desse quadro, a pesquisadora também procurou descobrir quais mecanismos foram utilizados pelas escolas pesquisadas diante desta situação. Para isso, o questionário entregue aos professores também pedia a eles que apontassem quais mecanismos foram utilizados pela escola diante das suas faltas. Os resultados indicaram que, das 287 respostas obtidas (o número de respostas foi superior ao número de professores que responderam, pois vários usaram mais de uma das alternativas possíveis para esse item), 84 professores responderam que a escola utilizou professores substitutos (no caso da Prefeitura de São Paulo, os professores classificados como professores adjuntos são utilizados como substitutos), 71 responderam que os alunos foram divididos em outras salas da mesma série, 35 responderam que a escola utilizou outros espaços da escola sem a presença do professor, 59 responderam que a escola adiantou as aulas e dispensou seus alunos mais cedo, 23 responderam que a escola deixou os alunos com aula vaga, 14 responderam que foram utilizadas outras medidas para suprir essa falta e somente um não respondeu.

A análise dos dados agrupados e distribuídos em gráficos e tabelas possibilitou às seguintes conclusões:

1. Apesar da comunidade em geral atribuir regalias à classe dos professores que permitem a eles ausentarem-se por demais de suas atividades, tal atribuição não é verdadeira. Os professores possuem sim direitos que se assemelham, e muito, aos direitos oferecidos aos demais trabalhadores públicos da cidade de São Paulo, não caracterizando, assim, qualquer tipo de regalia exclusiva ou protecionismo à classe.

2. Apesar da legislação permitir ao professor faltar até setenta e seis dias por ano, somente dez desse total não acarreta danos à carreira e ao salário do professor. Todas as demais sessenta e seis faltas são por total conta e risco do professor.

3. Apesar da legislação prever medidas a serem tomadas diante das ausências dos professores para suprir com a demanda de aulas, na prática, muitas

vezes, essa legislação não está sendo cumprida. Com isso, gestores e equipe técnica da escola estão sempre tomando medidas “emergenciais” diante das ausências dos professores.

4. Apesar da Prefeitura de São Paulo possuir um plano de carreira para o magistério público, o poder público não tem conseguido valorizar os seus professores, dando conta de suas necessidades. Com isso, possivelmente os professores estão tendo que dobrar a sua jornada de trabalho, acumulando cargos no município ou mesmo lecionando em outras redes, como a estadual ou particular, para suprirem suas necessidades referentes a rendimentos financeiros.

5. Boa parte das justificativas de ausências apresentadas pelos professores referem-se a problemas de saúde, fato amplamente aceitável se considerarmos as jornadas excessivas de trabalho enfrentadas e as péssimas condições de trabalho, como número de alunos por sala, baixos salários e até mesmo a insegurança no local de trabalho (no caso específico dessa pesquisa, as cinco escolas pesquisadas estavam localizadas na periferia da cidade).

6. Apesar da legislação prever um grande número de faltas aos professores, eles não utilizam a totalidade das faltas previstas.

7. Diante das ausências dos professores, a escola convive com situações emergenciais que tentam, na medida do possível, contornar a situação causando o menor prejuízo possível para os seus alunos.

Já o estudo realizado por Gesqui(2008) abordou a presença e a ausência de professores e alunos numa escola pública estadual paulista e procurou demonstrar as “possíveis conseqüências para o processo educativo, expressas nos indicadores de rendimento dos alunos”(p.1).

A partir de dados colhidos pelo pesquisador durante o tempo em que atuou como professor coordenador pedagógico e como professor de educação física numa escola pública estadual paulista, ele procurou demonstrar qual a relação existente entre o absenteísmo docente, a organização da escola, o absenteísmo discente e ainda o desempenho dos alunos. Acompanhando o desenvolvimento de um ano letivo em uma escola pública estadual paulista, localizada na periferia do município de Francisco Morato, e relacionando a ausência dos professores e alunos com as mais variadas justificativas, ele pode constatar diversas

questões acerca do tempo efetivamente gasto com a situação de ensinar e aprender, problematizando tais questões. Para tanto, sua hipótese foi a de que havia indícios de que o afastamento dos professores titulares de cargo das suas aulas refletia, direta e negativamente, na organização da escola e no tempo dedicado ao processo de ensino e aprendizagem, resultando em perdas para os alunos no seu aprendizado escolar. É pertinente registrarmos que todos os dados foram colhidos sem autorização ou conhecimento da direção da escola ou mesmo dos órgãos superiores do ensino público estadual paulista. Como destaca o pesquisador:

Destaca-se ainda o fato de esta pesquisa ter acontecido dentro da escola e de modo quase que clandestino, pois se a direção da escola tivesse pleno conhecimento de que toda sua rotina seria observada certamente não teria permitido tal pesquisa, uma vez que todas as atribuições e prazos solicitados por instâncias superiores estavam sendo cumpridos. (GESQUI, 2008, p.143)

Foram colhidos dados sobre professores e alunos de doze turmas de Ensino Fundamental, ciclo II, do período da manhã da escola onde o pesquisador atuava, durante 200 dias letivos, ou seja, durante um ano letivo completo. Ao todo, foram observadas as 13.448 aulas previstas, envolvendo 23 professores titulares das disciplinas e 15 professores eventuais, além das doze turmas que totalizavam 424 alunos. Os principais resultados da pesquisa apontaram que:

1. Das 13.448 aulas previstas (no total de 200 dias letivos para as 12 turmas que foram definidas como sujeitos da pesquisa) somente 8.664 foram ministradas pelos professores titulares das disciplinas. Ou seja, no total, 4784 aulas não foram ministradas pelos professores titulares das disciplinas, o que corresponde a pouco mais de 35% do total de aulas previstas;
2. Das 4784 aulas não ministradas pelos professores titulares das disciplinas, 2067 (15,37% do total de aulas previstas) foram ministradas por professores eventuais, sendo que, na maioria dos casos, a área de formação do professor eventual não correspondeu à da disciplina que ele lecionou;
3. Das 4784 aulas não ministradas pelos professores titulares das disciplinas, 801 (5,96% do total de aulas previstas) aulas ficaram vagas e 1916 (14,25% do total de aulas previstas) foram aulas não dadas por situações diversas (ex: realização de Conselhos de Classe, reunião de pais, organização da escola para eventos, campeonato esportivo, etc.);

4. Objetivamente, do total de aulas previstas (13.448), somente em 64,43% do tempo disponível os professores titulares das disciplinas estiveram com os seus alunos;

5. A presença dos alunos foi mediana em quase todo o ano. Eles tiveram uma média anual de presença em 83,7% das aulas previstas, respeitando os limites impostos pelo Governo, ou seja, 75% de presença mínima. Para o autor, estes números demonstram que:

Ao aproximar os indicadores de rendimento dos alunos, em especial com os de sua freqüência, fica nítido que, independente de todas essas condições adversas, sua freqüência é, em média, de 83,7% ao longo do ano, criando outro questionamento: a escola ocupa, na ótica dos alunos e de seus responsáveis, uma importância tal que, mesmo existindo todas as adversidades expostas, julgam-na necessária em suas vidas. (idem, p.116)

6. Os dois bimestres de maior participação média dos professores eventuais e ainda de aulas vagas ou não dadas por situações diversas correspondem aos dois bimestres de melhor desempenho dos alunos. O autor sugere que, dado o grande número de ausências dos professores titulares, a tendência seria diminuir as exigências sobre o desempenho dos alunos de modo a agradar a todos, ou seja, equipe gestora (apresentando desempenhos razoáveis dos seus alunos) e alunos (com notas satisfatórias, com muito pouco ou nenhum esforço);

7. Muitas das situações em que não houve a concretização do encontro dos alunos com os professores titulares, não foram registradas formalmente pela secretaria da unidade escolar. A existência de “acertos caseiros” e a sua incidência no interior da escola pesquisada foi muito grande;

8. A quantidade de ocasiões onde os professores não ministraram suas aulas por conta de situações diversas foi também demasiadamente grande. Periodicamente apresentavam-se diferentes fatores que culminavam no cancelamento informal das aulas (ou seja, mesmo não tendo aula, o dia letivo era registrado como cumprido);

9. Os professores utilizaram um grande número de justificativas para as suas faltas. Contudo, as prescrições legais mais utilizadas foram: a abonada e o afastamento por motivos médicos;

10. As condições em que foi desenvolvida esta pesquisa sugerem que “foi muito difícil, para qualquer um dos professores com atividade junto a essa turma, desenvolver um trabalho com um mínimo de continuidade” (Gesqui, 2008, p.138), o que, de acordo com o referencial adotado pelo pesquisador, inviabiliza totalmente a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, e, conseqüentemente, da escola. “É preciso, para se ter uma escola de qualidade, que os alunos disponham do máximo do tempo possível para aprender” (idem, p.142), o que só pode ser conseguido com o efetivo encontro de professores e alunos.

A realidade desnudada – as faltas dos professores como sinal claro da intensificação do seu trabalho

O conceito de intensificação do trabalho docente não é mais uma novidade. Desde que foi explicitado por Apple(1995), este conceito passou a ser amplamente utilizado para designar o conjunto de mudanças que destroem a sociabilidade do professor (aumentando o seu isolamento profissional) e aumentam o rol de habilidades que o mesmo tem que desenvolver para concretizar o seu papel(sem, contudo, ter tempo disponível para tal). Lourencetti(2006), fazendo uso deste conceito, procurou explorar os índices desta situação no trabalho de professores secundários das escolas públicas e particulares paulistas. Os resultados de sua pesquisa são essenciais para qualquer tentativa de análise a respeito da realidade vivida pelos professores paulistas, pois suas conclusões apontam para a existência de um profissional impactado pelas reformas, mas que, no entanto, age e reage criticamente às mesmas.

Sua pesquisa evidencia ainda que “os professores estão se sentindo sobrecarregados e insatisfeitos, sobretudo pelo excesso de responsabilização e perda da especificidade do papel de ensinar”(Lourencetti, 2006, p.6). Ou seja, a sobrecarga de atividades e tarefas imposta aos professores está fazendo-os sentirem-se desanimados, estressados e insatisfeitos com a sua condição. Além da sobrecarga de trabalho, a pesquisadora explicita ainda a necessidade dos professores de administrarem a imposição de projetos oriundos da Secretaria Estadual de Educação do Estado, impactando mais ainda a sua rotina de trabalho.

Outro dado bastante perverso diz respeito à existência de diversas maneiras de cobranças do seu trabalho que estão sendo adotadas pela SEE-SP:

No caso dessa cobrança, há na realidade um mecanismo de controle do trabalhador tanto em nível pessoal (Têm bônus aquele professor que faltar menos) quanto em nível organizacional (a escola recebe verba se não tiver retidos ou evadidos) – traço empresarial básico no modelo neoliberal de produção e mais um sinal da intensificação do trabalho docente. (LOURENCETTI, 2006, p.7)

Para finalizar, merece destaque também a questão referente ao salário dos professores. Para a pesquisadora, a perda do poder aquisitivo do professor é mais um sinal claro do processo de intensificação do seu trabalho. Isso porque tal dado leva os professores a dobrarem sua jornada de trabalho, complementando sua renda em diferentes sistemas de ensino ou até mesmo trabalhando, simultaneamente, em outras áreas. E isso acaba gerando um novo problema: a falta de tempo dos professores nesta condição.

Parece uma conseqüência direta, senão vejamos: os professores ganham mal, precisam pegar muitas aulas e/ou ter mais de um emprego para ganhar um salário um pouco melhor, um salário que permita a manutenção e o sustento da casa. Conseqüentemente têm pouco tempo para pesquisar, estudar, planejar uma aula diferente. Entretanto, mesmo os professores que só se dedicam à escola pública, também reclamaram da falta de tempo para pensar o trabalho até porque lecionam em 8 ou 10 classes diferentes. (idem, p.8-9)

A falta de tempo traz sérias conseqüências para o trabalho do professor. O professor se vê, ao mesmo tempo, impedido de buscar novas alternativas pedagógicas para serem utilizadas em suas aulas e incapaz de suprir, com qualidade, às necessidades de aprendizado dos seus alunos. Ou seja, a falta de tempo, gerada pela necessidade de dobrar jornadas de trabalho advindas dos baixos salários pagos é responsável por uma perda de eficiência no processo de ensino e aprendizagem. E a isso podemos ainda somar a falta de identidade com a escola dos professores que, para cumprirem uma jornada grande de trabalho, pegam aulas em várias escolas, inviabilizando o contato com seus pares, e resultando num agravante da situação de isolamento profissional iniciada pela incapacidade de ser desenvolvido, nas escolas, um trabalho coletivo eficaz.

Todas essas características apresentadas pela pesquisadora acabam levando os professores a expressar sinais claros do mal-estar docente. Irritabilidade,

sofrimento, angústia, desânimo ou até mesmo vontade de desistir da profissão são sentimentos comuns aos professores secundários paulistas.

As pesquisas apresentadas no início desse trabalho nos mostram professores faltosos e um processo de ensino e aprendizagem falho. Contudo, os dados apresentados por Lourencetti(2006) nos permitem mostrar como esse grande número de faltas pode ser decorrência direta do processo de intensificação do trabalho docente. Ao sentirem-se cansados, exaustos por conta das grandes jornadas de trabalho a que se submetem para garantir um salário digno, os professores utilizam as possibilidades de faltas garantidas pela legislação como um mecanismo para minimizar os efeitos dessa condição. Somando a isso o isolamento profissional vivido por esses profissionais, o crescente controle externo sobre o seu trabalho e a alteração do seu papel, seguida da inexistência de tempo para suprir a nova demanda de habilidades que se fazem necessárias à sua função, esses professores acabam se tornando vítimas do seu próprio trabalho, e isso tem levado alguns professores a apresentar sintomas do mal-estar docente. Um desses sintomas é o uso das possibilidades legais para ausentarem-se do seu local de trabalho (a escola).

Fato tão problemático quanto o evidenciado acima, é a despreocupação do Estado para com essa situação, não chegando, inclusive, a buscar novas soluções para tentar minimizar os efeitos dessas ausências no processo de ensino e aprendizagem. O uso de professores substitutos (ou eventuais, como utilizado pela SEE-SP) não tem se configurado como uma alternativa viável para esse problema.

Aranha(2007), em seu estudo exploratório acerca dos professores eventuais que atuam nas escolas públicas da rede estadual de ensino de São Paulo, demonstrou como o trabalho dos professores eventuais é, por vezes, mais próximo ao de ajudantes gerais a serviço da educação do que propriamente de professores. Impossibilitados de ter o controle sobre o seu próprio trabalho, atuando em condições precárias e sem qualquer contrato de trabalho que lhes garanta os mínimos direitos trabalhistas, esses professores são tão vítimas desse sistema quanto todos os demais professores. Assim, qualquer tentativa de efetivação de um processo de aprendizagem de qualidade satisfatória torna-se impossível, diante das condições que estão sendo oferecidas aos professores pelo Estado.

Enquanto isso, as escolas convivem com uma realidade onde o “jogo do faz-de-conta” torna-se imperativo, trazendo consigo as conseqüências mais cruéis para a nossa sociedade. Segundo Dias-da-Silva(2001), as escolas convivem com um corpo docente instável (itinerância), pois a maioria dos professores precisa completar sua jornada de trabalho em outras escolas, fazendo com que, inclusive, utilizem das possibilidades de ausências(absenteísmo) por problemas de deslocamento entre uma escola e outra. A essas duas características, soma-se ainda a rotatividade dos professores que, a cada ano, trocam de escola, por sua própria vontade (através de pedidos de remoção, tentando lecionar mais próximo à sua residência), ou por conta da precariedade do seu contrato de trabalho (através dos processos anuais de atribuição de aulas). Itinerância, absenteísmo e rotatividade. Diante desses traços, qualquer tentativa de construção de um projeto pedagógico eficaz torna-se praticamente impossível:

As condições de trabalho a que estão sendo submetidos os professores e a instabilidade de corpo docente e técnico das escolas de periferia são, sim, impeditivos de construção de qualquer projeto pedagógico conseqüente. (DIAS-DA-SILVA, 2001, p.6)

Exatamente onde a escola deveria cumprir um papel mais acirrado na tentativa de superação das dificuldades existentes, as condições de trabalho oferecidas aos professores não permitem a construção de um projeto pedagógico efetivamente satisfatório. Trata-se de uma realidade preocupante que merece, no mínimo, toda a atenção possível por parte da sociedade, Estado e comunidade científica, a fim de buscarmos, juntos, soluções viáveis para a superação desta dura realidade que tende a colaborar com a piora da escola pública paulista.

Se as possibilidades de faltas são garantidas legalmente aos professores, seu uso é facultativo. A ampla utilização destas possibilidades pode parecer, à primeira vista, um privilégio da classe de trabalhadores do sistema público. Contudo, diante da realidade apresentada, parece-nos muito mais um sinal de crise do que a simples utilização de uma prescrição legal. Afinal, professores não se tornam professores para se ausentarem do seu trabalho. O crescente número de faltas deve ter (e, a nosso ver, tem) alguma relação com a realidade vivida por estes profissionais. É claro para nós que, como todo o serviço público, existem profissionais ruins. Profissionais que buscam a carreira pública exclusivamente para desfrutar de seus benefícios. Mas estes são apenas uma pequena parcela do funcionalismo público. Quando verificamos um crescente número

de faltas por parte de um grande número de professores não podemos encarar dessa maneira, como se fosse apenas um traço de mau profissionalismo. Talvez seja algo muito mais profundo que, para nós, configura-se como o processo de intensificação do trabalho docente. Processo este que pode estar sendo responsável pelo afastamento dos professores da sala de aula e, com isso, resultando em perdas irreparáveis para os alunos, e, conseqüentemente, toda a sociedade.

Resumo: O presente artigo busca, a partir da análise de dois trabalhos que quantificaram e analisaram a ausência de professores em escolas públicas paulistas e sua relação com o rendimento e a organização escolar, interpretar esses dados face ao processo de intensificação do trabalho docente, mostrando as possíveis relações entre esse grande número de faltas e a precariedade das condições de trabalho que são oferecidas a esses professores. Ampliação de carga horária (em duas ou mais escolas), duplicação de jornada de trabalho face às constantes perdas salariais da classe docente nos últimos anos, isolamento profissional, mudanças no papel histórico da profissão face às novas exigências do mercado e indisponibilidade de tempo para estudo e planejamento são algumas das características que permeiam o trabalho dos professores. Com esse artigo, procuramos encontrar pistas que nos ajudem a estabelecer alguma relação entre o grande número de faltas que os professores tem se utilizado e o mal-estar docente, face ao processo de intensificação do seu trabalho.

Palavras-chave: absenteísmo docente, intensificação do trabalho docente, mal-estar docente.

Abstract: This article aims, from the analysis of two studies that quantified and analyzed the lack of teachers in public schools paulistas and its relationship with income and educational organization, to interpret these data to the process of intensification of teaching, showing the possible relations between this large number of absences and poor working conditions that are offered to these teachers. Extension of working hours (in two or more schools), duplication of work day loss in the face of the class teacher pay in recent years, professional isolation, changes in the historical role of the profession face the new demands of the market and unavailability of time to study and planning are some of the characteristics that permeate the work of teachers. In this article, we find clues to help us establish a relationship between the large number of faults that teachers have been used and malaise teacher, compared the process of intensification of their work.

Key-words: teaching abstention, intensification of the teaching work, burn-out.

Referências

APPLE, M.W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARANHA, W.L.A. **Professores eventuais nas escolas estaduais paulistas: ajudantes de serviço geral da educação ?** 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP.

DIAS-DA-SILVA, M.H.G.F. Projeto Pedagógico e Escola de Periferia: sonho ou pesadelo. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24., 2001, Caxambu. **Reuniões Anuais...**Caxambu: ANPED, 2001. Trabalho disponível em: <http://www.anped.org.br/inicio.htm>. Acesso em: 20 jun. 2008.

ESTEVE, J.M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Ed., 1995, p.93-124.

GESQUI, Luiz Carlos. **Organização da escola, absenteísmo docente, discente e rendimento escolar**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo/SP.

LOURENCETTI, Gisela do Carmo. O processo de intensificação no trabalho docente dos professores secundários. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 29, 2006, Caxambu. **Reuniões Anuais...**Caxambu: ANPED, 2006. Trabalho disponível em: <http://www.anped.org.br/inicio.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SANTOS, Silmar Leila dos. **As faltas de professores e a organização de escolas na Rede Municipal de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo/SP.

Recebido em Abril de 2009

Aprovado em Junho de 2009